

ROGÉRIO GRECO

DIREITO PENAL DO EQUILÍBRIO

**Uma Visão Minimalista
do Direito Penal**

9ª edição

Revista e atualizada até 1º de janeiro de 2016



Niterói, RJ
2016



© 2016, Editora Impetus Ltda.

Editora Impetus Ltda.

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

PROJETO GRÁFICO: EDITORA IMPETUS LTDA.

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: EDITORA IMPETUS LTDA.

CAPA: WILSON COTRIM.

REVISÃO DE PORTUGUÊS: C&C CRIAÇÕES E TEXTOS LTDA.

IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO: EDITORA E GRÁFICA VOZES LTDA.

G829d

Greco, Rogério.

Direito Penal do Equilíbrio: uma visão minimalista do
Direito Penal / Rogério Greco. 8ª ed. – Niterói, RJ: Impetus, 2016.

212 p. ; 16 x 23 cm.

ISBN: 978-85-7626-872-7

1. Direito Penal – Brasil. Título. II. Série.

CDD: 345.81

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

A Editora Impetus informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

www.impetus.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Introdução	1
Capítulo 2 – Abolicionismo, Direito Penal Mínimo e Movimento de Lei e Ordem	5
2.1. O Abolicionismo.....	5
2.2. O Movimento de Lei e Ordem	12
2.2.1. <i>Fixing broken windows</i> (Consertando as janelas quebradas) e <i>Three strikes and you're out</i>	18
2.2.2. Direito penal de emergência	21
2.2.3. Direito penal do inimigo	23
2.3. O Direito Penal Mínimo	30
2.4. O Direito Penal Moderno	36
Capítulo 3 – Enfoques Criminológicos	37
3.1. Introdução.....	37
3.2. Principais Áreas de Estudo do Criminólogo.....	38
3.3. Teorias Criminológicas	41
3.3.1. Teoria do delito como eleição.....	41
3.3.2. Teorias das influências	43
3.3.3. As predisposições agressivas.....	46
3.3.4. O aprendizado da delinquência	48
3.3.5. Teoria do etiquetamento (<i>labeling approach</i>)	48
3.3.6. <i>Bullying</i>	50
3.4. Conclusão	53
Capítulo 4 – Síndrome da Mulher de Potifar, Síndrome de Estocolmo e Síndrome de Londres	55
4.1. Síndrome da Mulher de Potifar	55
4.2. Síndrome de Estocolmo.....	58
4.3. Síndrome de Londres	60

Capítulo 5 – Conceito de Princípios	61
5.1. O Caráter Normativo dos Princípios	64
Capítulo 6 – Princípios Fundamentais do Direito Penal do Equilíbrio	69
6.1. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	69
6.1.1. A concepção normativa da dignidade da pessoa humana	71
6.1.2. O desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana pelo próprio Estado	74
6.1.3. A relativização do princípio da dignidade da pessoa humana	75
6.2. Princípio da Intervenção Mínima	76
6.2.1. Teoria do bem jurídico como fundamento da intervenção mínima	78
6.2.1.1. O critério de seleção dos bens jurídico-penais e a criação típica	80
6.2.2. Da natureza subsidiária do Direito Penal	87
6.3. Princípio da Lesividade	91
6.4. Princípio da Adequação Social	97
6.5. Princípio da Insignificância	100
6.5.1. Origem e natureza jurídica do princípio da insignificância	101
6.5.2. O Princípio da insignificância nos Tribunais Superiores	107
6.6. Princípio da Individualização da Pena	107
6.7. Princípio da Proporcionalidade	113
6.7.1. Proibição de excesso e proibição de proteção deficiente	116
6.7.2. A pena necessária	117
6.7.3. A pena suficiente	121
6.8. Princípio da Responsabilidade Pessoal	123
6.9. Princípio da Limitação das Penas	127
6.9.1. Da pena de morte	129
6.9.2. Da pena de caráter perpétuo	131
6.9.3. Da pena de trabalhos forçados	132
6.9.4. Da pena de banimento	134
6.9.5. Das penas cruéis	135
6.10. Princípio da Culpabilidade	137
6.11. Princípio da Legalidade	143
6.11.1. <i>Nullum crimen nulla poena sine lege praevia</i>	146
6.11.2. <i>Nullum crimen nulla poena sine lege scripta</i>	148
6.11.3. <i>Nullum crimen nulla poena sine lege stricta</i>	149
6.11.4. <i>Nullum crimen nulla poena sine lege certa</i>	153

Capítulo 7 – A Seletividade do Direito Penal	157
Capítulo 8 – Implementação das Finalidades Sociais do Estado Como Fator Inibidor da Prática de Infrações Penais	163
Capítulo 9 – A Ideia da Ressocialização.....	169
9.1. A Ressocialização sob o enfoque do Direito Penal do Equilíbrio.....	174
Capítulo 10 – Conclusão.....	179
Referências	183
Índice Remissivo	189